

RAZÃO SOCIAL: PROJETO DE GESTÃO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Prof. dr. Luís Henrique Ramos de Camargo (Mestre em Gestão Ambiental)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FEBF - Departamento de Geografia

RESUMO:

O Projeto Razão Social é uma gestão ambiental espacial que momentaneamente está sendo desenvolvido em Parada Morabi- Município de Duque de Caxias-RJ. O mesmo pode ser traduzido como uma metodologia que visa alcançar a ISO26000 e assim gerar na comunidade os benefícios do ecodesenvolvimento. Este projeto é também uma pesquisa de campo organizada pelas cadeiras de Ecologia Política e Teoria da Geografia que busca assim, associar a teoria à prática. No sentido comunitário, este mecanismo pretende qualificar a mesma para ser um *stakeholders* beneficiando-se com diferentes isenções fiscais e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: gestão, padronização, desenvolvimento sustentado.

ABSTRACT

The Pproject Social Reason is a spatial environmental management which momentarily is being developed in Parada Morabi- city of Duque de Caxias-RJ. The same can be translated as a methodology aimed at achieving to the ISO26000 generating community benefits the eco-development. This project is also a field search organized by the university disciplines Ecology Politics and Theory of Geography seeking thus associating theory to practice. In the sense of community, this mechanism is intended to qualify the same to be a stakeholders benefiting with different tax breaks and social benefits.

KEYWORDS: management, standardization, sustainable development.

RAZÃO SOCIAL: PROJETO DE GESTÃO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

1. INTRODUÇÃO

Recentemente em 2010 foi criada a Norma ISO 26000. A mesma, mesmo não sendo certificável, tem como característica ir além das normas da série ISO 14000. A Norma ISO 26.000, foi inspirada no conceito do Ecodesenvolvimento criado por Maurice Strong e Ignacy Sachs em 1973. Este conceito remete as seguintes questões: 1.Satisfação das necessidades básicas; 2 Solidariedade com as gerações futuras; 3.Participação da população envolvida; 4. Preservação dos recursos naturais e do Meio Ambiente; 5.Elaboração de um sistema social que garanta o emprego, segurança social e respeito a outras culturas;6.Programas de educação (Camargo, 2007). Examinando esses elementos em conjunto, verificamos que a sua proposta realiza-se no campo teórico espacial, desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos, que dentre uma infinidade de conceitos, verifica o espaço geográfico como a totalidade em constante evolução por totalização (Santos, 1997, 1997b).

Para destringir esse emaranhado de redes que compõem o conjunto de fixos e fluxos que constituem o espaço geográfico e, portanto, a totalidade, Santos (1997b) desenvolve a ideia de que o mesmo é constituído internamente por instâncias: ideológica, econômica dentre outras, que, por sua vez se integram ao meio natural (1997b). Neste sentido, materializa-se o conceito de Strong e Sachs. Ambas teorias verificam a totalidade do espaço, sendo a proposta de Santos (1997) uma percepção quadridimensional do mesmo (Camargo, 2012) pois analiticamente pesquisa a sua totalização (espaço-temporal), ou seja, seu desdobramento do amanhã a partir da interconectividade de seus elementos internos (Camargo, 2012).

Neste sentido, diferentes autores do campo pós-física quântica como Bertalanffy (1968), Bohm (1980), Capra (1982, 1983, 1996, 2002); Capra & Steindl-Rast (1991); Clemente (1996); David (1993); Drew (1994); Morin (1977), Pena-Veja *et. al.* (1999); Prigogine (1996) e Prigogine *et.al.* (1997); Ruelle (1993); Weil *et.al.*(1993); Sant'anna Neto (2003) e Zohar (1990) demonstram como o movimento do devir se promove, a partir de sua auto-organização sistêmica, onde os elementos internos do sistema se dissipam (Prigogine *et.al.* 1996), assim como indicam, por probabilidade qual será o caminho do amanhã (Camargo, 2005, 2012).

Neste mesmo sentido, o planejamento do projeto contará sempre com a imputação de variáveis para alterar a dinâmica auto-organizada do amanhã. Busca-se assim ampliar a probabilidade do amanhã, seja econômica, seja social, ambiental ou qualquer outra. E, por princípio sempre compreendendo que qualquer alteração de uma instância, significa que os elementos que compõem a forma-conteúdo (Santos, 1997) irão ser alterados também em sua dinâmica (Camargo, 2012).

Assim, ao buscar a integração lógica das teorias de Santos (1997, 2002) com os princípios de Sachs e Strong desenvolvemos o princípio impulsionador da metodologia que visa a obtenção da norma ISO 26000 e, ao mesmo tempo a criação de uma rede de empreendimentos ecológicos que redimensionariam economicamente e socialmente as comunidades carentes.

Nos próximos parágrafos apresentaremos a base teórica-conceitual em que norteamos a metodologia da pesquisa e que baseará pesquisas do nosso laboratório.

Baseado na ideia de criação de uma rede que possa abranger diferentes comunidades, a pesquisa buscará os seguintes autores: Santos (1997) e Castells (1999). Porém, Santos (1997, 1997 b, 1997c, 1998, 2003, 2005, 2012) terá também grande importância na constituição dessa pesquisa no seu nível teórico como demonstrei em parágrafos anteriores.

Outros autores compreenderão essa base teórica-epistemológica que comporá a espinha dorsal de nossa pesquisa, sendo assim apresentamos: Camargo (1999, 2002, 2003, 2005, 2007, 2009, 2012) e principalmente Camargo (2015) que representa o Projeto Botafogo Razão Social, registrado no escritório de Direitos autorias 022774 na Cidade do Rio de Janeiro.

Outros geógrafos também foram convocados para assessorar esse mecanismo, exemplo: Abreu (2008); Bacelar (1999); Chistofolletti (1999); Carlos (1996); Corrêa (2000, 2002); (2002); Guerra, *et. al.* (2001). Guerra, *et. al.* (2007); Guerra, A.J.T. & Camargo (2007); Guerra, *et. al.* (2012); Martins (1985); Moreira (1993); Paciornik (2003); Tavares (2004); Sayer (1979); Soja (1993); Souza (2003); Tuan (1983); Vesentini (1989).

Do campo da epistemologia ambiental, utilizamos seguintes autores: Almeida (2000); Buarque (2006); Guattari (2002); Josimar (1993); Kaskantzis (2005); Lanna *et. al.* (1995); Sachs (1993). Na busca da compreensão das relações entre o lugar e a identidade utilizaremos o clássico Castells (2002),

Na área de administração trabalhamos com os seguintes autores: Araujo (2009); Costa (2005); Pimentel (2008); Plossl (1993); além de autores consagrados como Kuhn (1970), que discute a ruptura do paradigma, Lengen. (2004) que será a base das pesquisas em permacultura, Salgado Labouriau (1994) com seu consagrado trabalho sobre a evolução geocológica do planeta e outros autores como o Senado Federal (2003, 2008, 2001), além de pesquisas em diferentes sites e revistas ambientais.

O projeto pretende assim praticar Responsabilidade Socioambiental (RSA), apoiando as comunidades e as organizações no sentido de trazê-los para o campo dos benefícios socioambientais gerando a norma ISO 26000. Esta norma nasceu de um debate onde foram buscadas respostas aos grandes problemas que envolvem a complexidade do nosso dia-a-dia, neste sentido, associou-se essa proposta ao conceito de 1973 de Maurice Stong e Ignacy Sachs conhecido como Ecodesenvolvimento.

Tentando solucionar o problema metodológico complexo o conceito propõe: Satisfação das necessidades básicas; Solidariedade com as gerações futuras; Participação da população envolvida; Preservação dos recursos naturais e do Meio Ambiente; Elaboração de um sistema social que garanta o emprego, segurança social e respeito a outras culturas e Programas de educação (Camargo, 2007).

Logo verificando que a proposta da ISO26000 abrange o campo da complexidade propomos seu cotejamento com as teorias Miltonsantanianas, que apresentam a compreensão

da realidade a partir da ideia da totalidade em evolução dividindo-a em diferentes instâncias e com o meio natural (Camargo, 2012; Santos, 1997 b).

Por isso para compreender a totalidade e abranger as instancias e o meio natural, o projeto criou comitês de pesquisa que visam entender como podemos monitorar as instâncias específicas de cada lugar (Camargo, 2015).

Em nossas pesquisas de campo e livros publicados, sempre buscamos compreender a totalidade dentro dos padrões pós-modernos e assim sempre verificamos que a fragmentação cartesiana-newtoniana não seria capaz de responder aos graves e complexos problemas da sociedade, por isso, propomos uma metodologia que nasce do campo pós-física quântica. A mesma foi exposta nos livros *A Ruptura do Meio Ambiente e Geoestratégia da Natureza* ambas da editora Bertrand, e foi base de concursos públicos em Geografia ao longo de anos.

Faz parte dos nossos objetivos colocar em prática as ações almeçadas pelos grandes congressos globais de meio ambiente. Conceitos derivados da agenda 21, por exemplo, são visados em diferentes momentos da gestão, além da prática da economia verde como objetivada pelo Rio +20. E além esses benefícios para a sociedade, outro objetivo do projeto é consolidar para seus *stakeholders* a possibilidade de alcançar a ISO 26.000 (Camargo, 2015).

O projeto pretende ser exponencial em seu crescimento geográfico ao longo dos anos, ampliando suas áreas de pesquisa pelo Estado, ou para outras localidades pelo nosso território a partir de convênios e apoios locais (podemos também incorporar qualquer área, desde que seja viável logisticamente e academicamente).

2. O Projeto

O Projeto Razão Social, é uma intervenção científica nascida de teorias consolidadas e testadas em campo durante o desenvolvimento do projeto *A Geopolítica da Natureza do DEPEXT-DEPESQ - UERJ*. Este projeto de gestão ambiental ocorreu no ano de 2007 em Guapimirim-RJ, sendo retomado entre os anos de 2012 na comunidade do Cantagalo em Ipanema e em 2103 nas comunidades do Pavão-Pavãozinho em Copacabana. Ao longo desses anos diferentes atividades foram desenvolvidas neste mecanismo de gestão que chegou a estabelecer a fase do curso de formação de gestores ambientais comunitários no Cantagalo-RJ.

O projeto *A Geopolítica da Natureza*, que se integra agora ao Razão Social foi avaliado pela FAPERJ e recomendado em seu mérito científico com o número do processo de pesquisa E-26/171.015/06. Em 2012 fomos um dos representantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro na Rio+20.

O Projeto Razão Social, atualmente está cadastrado no DEPEXT e é registrado no escritório de Direitos Autorias 022774. Atualmente este modelo está sendo desenvolvido em Parada Morabi- Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

Para consolidar os objetivos do projeto, dividimos o mesmo em quatro (4) fases distintas e que se completam:

1ª fase – pesquisa bibliográfica, iconográfica e primeiras visitas de campo;

2ª fase – divisão regional do bairro por sub-regiões geográficas de pesquisa (zoneamento econômico-ecológico) e levantamento de dados por comitês de pesquisa;

3ª fase – curso de formação de agentes ambientais comunitários (diploma da UERJ);

4ª fase - organização dos empreendimentos ecológicos com a comunidade (seguindo a economia verde – Rio+ 20 e a agenda 21) e início da formação da rede geográfica de empreendimentos ecológicos.

3. Reflexão sobre a metodologia a ser usada para um projeto que visa estudar e alterar a complexa realidade

Pensar o espaço geográfico que vivemos atualmente é ter a reflexão sobre um emaranhado de redes e processos que se integram e que se vistos pela ciência clássica (cartesiana-newtoniana) seriam trabalhados de forma fragmentada linear e distante das possibilidades científicas mais modernas (Camargo, 2005, 2012).

Criar um modelo de gestão que pensa a totalidade (o espaço), deve então ultrapassar os graves erros que norteiam a ciência desde a revolução técnico-científica dos séculos XVI e XVII e que se mantém até hoje no imaginário de muitos cientistas (Capra, 1996, 2002). Neste sentido Kuhn (1970) em seu Clássico “A Estrutura das Revoluções Científicas” nos alerta que quando um paradigma não serve mais para resolver um determinado ou um conjunto de problemas deve ser substituído (Camargo, 1999, 2002, 2003, 2005, 2012).

Buscamos assim desenvolver não apenas uma gestão visando a ISO 26000, porém, redimensionar a vida das pessoas trazendo a elas efetivamente um novo grau de felicidade por se viver em uma comunidade que efetivamente reflete e busca as soluções para seus problemas.

Ao cuidar do meio ambiente e da qualidade de vida em uma só gestão pretendemos alcançar as instâncias que compõem o espaço (Santos, 1997) que associadas ao meio natural formam a totalidade em evolução.

Sendo assim, definimos nossa metodologia a partir da compreensão dessas instâncias que serão percebidas não como fragmentos, mais, porém, como elementos que estão intrinsecamente interconectados pela realidade, e que, portanto, requerem um método de compreensão também complexo e que necessariamente envolve a relação com a comunidade e com diferentes agentes da sociedade, seja o Estado, o capital privado ou principalmente os moradores locais e das regiões circunvizinhas.

Neste sentido, este projeto não pretende ser uma imposição da universidade sobre a comunidade e sim uma construção democrática, e que possibilita a aplicação teórica à realidade social, onde os estudantes e a comunidade possam conviver de forma sintrópica.

Nossa metodologia traçará um caminho evolutivo que se desenvolve ligando todos os *stakeholders*, seja comunidade local, seja comunidade acadêmica, seja o patrocinador, seja o Estado ou qualquer outro elemento que queira construir esta busca por um mundo melhor, mais justo e que se baseie na democracia como mola propulsora do desenvolvimento do homem (Camargo, 2015).

Para que isso ocorra, diferentes estratégias serão traçadas, dentre elas o desenvolvimento de comitês de defesa dos Direitos Humanos, seguindo determinação da ONU. Outras estratégias como Palestras e *workshops* serão trabalhadas pelos comitês específicos.

4. Ações esperadas

Mudanças Climáticas	A ação do RS atua na conscientização comunitária e na propaganda junto às empresas locais a partir de folders, jornais e palestras
Lixo, Poluição e Reciclagem, Reutilização	A partir da agenda 21, desenvolveremos perspectivas de engenharia alternativa junto às comunidades; a partir dos levantamentos propor alternativas para o lixo local
Escassez de água e saneamento	Pesquisas nas regiões a partir dos comitês: Comitê de bacias hidrográficas e comitês de Bioquímica e qualidade ambiental e comitê de Saúde ambiental
Direitos Humanos e Trabalhistas	Organização de diferentes Comitês de DDHH junto à comunidade e atenção às normas trabalhistas a partir dos acordos internacionais e nacionais
Inclusão financeira	Curso de formação de agentes ambientais comunitários; formação da cooperativa de trabalhadores; formação da rede de negócios ecológicos
Ética na propaganda	Fundamental para que a boa imagem do projeto seja mantida
Direito dos animais	Assunto que entrará na pauta em breve. Importante debate fora das grandes capitais
Saúde pública	Comitês de saúde e meio ambiente e qualidade dos alimentos estarão em convenio com diferentes entidades públicas e privadas para desenvolver apoio as políticas públicas de saúde

5. O processo de construção da ISO 26000

A ISO 26000 é a norma internacional de responsabilidade social lançada em 2010, não auditável, que se aproxima dos princípios do ecodesenvolvimento proposto Por Ignacy Sachs e Maurice Strong em 1973. Com a criação dessa norma o planeta tem a chance de normalizar não apenas um produto e sua eficiência, porém, atitudes e ações que realmente possam alterar a dinâmica do globo (<http://www.iso26000qsp.org/2011/08/implantacao-e-avaliacao-da-gestao-da.html>; Camargo, 2007, 2015).

Desde sua criação, a mesma vem sendo desenvolvida pela *International Organization for Standardization* (ISO) - organização líder mundial em desenvolvimento de padrões e normas técnicas – através de um grupo de trabalho de Responsabilidade Social (WG), liderado pelo Brasil e pela Suécia (<http://www.iso26000qsp.org/2011/08/implantacao-e-avaliacao-da-gestao-da.html>; Camargo, 2015).

7.1. Diretrizes para uma conduta sustentável

A norma internacional tem a proposta de servir como um importante norte para as corporações e não como uma certificadora. Os sete princípios da ISO 26000 são: Responsabilidade, transparência, comportamento ético, consideração pelas partes interessadas (*stakeholders*), normas internacionais, direitos humanos (<http://www.iso26000qsp.org/2011/08/implantacao-e-avaliacao-da-gestao-da.html>; Camargo, 2015).

Dois fatores essenciais para uma gestão socialmente responsável:

- 1º - Ter comprometimento com todos os públicos em que a empresa esteja relacionada
- 2º - Procurar as instituições competentes para auxiliar na implantação de políticas de Responsabilidade Social (Instituto Ethos, etc) (Camargo, 2015).

7.2 Dez pontos principais a serem seguidas pelo projeto RAZAO SOCIAL (Camargo, 2015, p. 16):

1. Direitos Humanos e igualdade de gêneros (Carta Internacional dos Direitos Humanos - DDHH);
2. Direitos dos Trabalhadores(OIT);
3. Proteção Ambiental;
4. Envolvimento com as comunidades;
5. Respeito pelos *Stakeholders*;

6. Divulgação-transparência (*Accountability* - prestação de contas e responsabilização);
7. Códigos – Princípios (respeito pelo Estado de Direito e pelas Normas Internacionais de Comportamento);
8. Educação do consumidor (cartilhas para a comunidade e convite para debates a respeito do direito do consumidor);
9. Comunicação com a Sociedade;
10. Combate a Corrupção.

7.3. Práticas para o trabalho interno e ação do Projeto RS (Camargo, 2015, p. 17):

- Difundir o conceito de trabalho decente da ONU
- Declaração da Filadélfia de 1944 da OIT;
- Comunicação e mitigação de impactos negativos nas ações da corporação;
- Não se beneficiar de práticas injustas, exploratórias ou abusivas;
- Aplicar as leis do estágio, seguros obrigatórios;
- Equilíbrio entre vida pessoal e trabalho;
- Diálogo social;
- Saúde, segurança no trabalho;
- Procedimento de trabalho e EPI e fornecimento de EPI (em caso de necessidades como na Permacultura);
- Registros e investigações de acidentes;
- Esforço para eliminar problemas Psicossociais – treinamento adequado – Convênio com o Laboratório de Psicologia Social - UFRRJ
- Comitê conjunto de moradores e gestores;

Ações

- Envolvimento e desenvolvimento da comunidade;
- Seguir as seguintes declarações: Declaração de Copenhagen, Declaração do Milênio da ONU, Declaração da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Estimulo e apoio a voluntários;
- Estimulo à educação em todos os níveis, erradicação do analfabetismo (convênio UERJ);
- Promoção de oportunidades de aprendizagem para grupos vulneráveis e discriminados;
- Promoção de atividades culturais, reconhecimento e valorização das culturas locais;
- Geração de emprego e capacitação (atenção especial em grupos vulneráveis);
- Desenvolvimento tecnológico e apoio às tecnologias alternativas;
- Geração de emprego e renda;
- Verificar o impacto da entrada e da saída da organização nas comunidades

- Integração de pessoas, grupos e organizações locais à cadeia de valor da organização;
- Cumprimento das organizações tributárias das leis e regulamentos;
- Programas de empreendedorismo;
- Saúde – conscientização de ameaças à saúde (HIV-AIDS, câncer, malária, tuberculose e obesidade) e da qualidade do alimento a partir das características locais – convênio UERJ;
- Atenção especial a nutrição infantil – convênio UERJ.

Investimento social

- Alinhamento com as políticas públicas
- Desenvolvimento local
- Avaliar sempre novas formas de auto-sustentabilidade
- Programa de hortas para comunidades carentes dentre outras atividades

Meio ambiente

- Ter como princípio a Responsabilidade socioambiental
- Dar apoio ao Estado no Princípio de precaução (princípio 15 da declaração do Rio)
- Trabalhar em cima da Gestão e do risco ambiental
- Programas para avaliar, evitar, reduzir e mitigar riscos e impactos ambientais (conscientização, etc) (departamento de comunicação- folders, etc)
- Princípio do Poluidor Pagador
- Prevenção da poluição para a comunidade
- Uso sustentável dos recursos
- Mitigar as Mudanças climáticas
- Proteção do meio ambiente, biodiversidade e busca da restauração de habitats naturais.

6. Dos comitês de pesquisa

A Função dos Comitês de Pesquisa associa-se ao fundamento maior de todo ordenamento de nosso projeto. A partir das pesquisas, fundamentadas no método e na metodologia científica serão propostas soluções onde ao lado da comunidade decisões poderão ser tomadas buscando o reordenamento territorial sempre visando a implantação da ISO26000, que em sua essência normatiza, acaba sendo extremamente proveitosa para a comunidade.

Segundo Santos (1997) o Espaço é constituído de diferentes instâncias, logo, visando conhecer a totalidade em constante totalização (Santos, 1997b) criamos os comitês de pesquisa que visam cobrir a totalidade do espaço, sistema integrado de ações e objetos (Santos, 1997 b, c). É neste sentido que os comitês de pesquisa tentam entender as instâncias e o meio natural que compõe a totalidade do espaço geográfico.

6.1. Comitê de Geografia Cultural (Camargo, 2015, p. 33):

Linhas de pesquisa: Endoeconomia, Cultura e meio ambiente, Cultura e identidade. Link/comitê das categorias espaciais e ordenamento territorial visando conhecer as características de cada sub-região.

6.2. Comitê de Gestão em Bacia Hidrográfica (Camargo, 2015, p. 33):

Linhas de pesquisa: Gestão de bacia hidrográfica e melhoria da qualidade da água. Associar-se ao comitê das categorias espaciais e ordenamento territorial visando conhecer as características de cada sub-região.

6.3. Comitê das Categorias Espaciais e Ordenamento Territorial (Camargo, 2015, p. 34):

Linhas de pesquisa: Aplicação das categorias analíticas de Santos (1997) visando conhecer a realidade espacial e reorganizar economicamente a região. Endoeconomia, sustentabilidade etc.

6.4. Comitê de Saúde e Meio Ambiente (Camargo, 2015, p. 34):

Linhas de pesquisa: Desenvolver georeferenciamento dos principais problemas ambientais relacionados à saúde e buscar junto aos parceiros suas soluções.

Associar-se ao comitê das categorias espaciais e ordenamento territorial visando conhecer as características de cada sub-região.

6.5. Comitê de Qualidade do Alimento (Camargo, 2015, p. 35):

Linhas de pesquisa - Fiscalizar a qualidade dos alimentos da comunidade.. Associar-se ao comitê das categorias espaciais e ordenamento territorial visando conhecer as características de cada sub-região.

Qualidade da alimentação no bairro, apoio às hortas comunitárias

6.6. Comitê de Direitos Humanos (DDHH) (Camargo, 2015, p. 35):

Metodologia:

1. Contatar a comunidade
2. Separar os grupos de pesquisa de acordo com os diferentes temas a serem trabalhados
3. Definir cronograma e fluxograma de ações e metas
4. Coletar denúncias, dar suporte em palestras, workshops, etc.
5. Associar-se ao comitê das categorias espaciais e ordenamento territorial visando conhecer as características de cada sub-região.

6.7. Comitê de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Geração de Negócios Ecológicos (Camargo, 2015, p. 36):

Função - Pesquisar e desenvolver as possibilidades de geração de MDL local a partir da metodologia GHG protocol. Apoiar as pesquisas na organização dos futuros empreendimentos ecológicos (Camargo, 2007).

6.8. Comitê dos convênios (Camargo, 2015, p. 36):

Responsável pelos convênios formado por representantes de cada comitê

6.9. Do desenvolvimento dos debates entre os comitês (Camargo, 2015, p. 36):

O andamento do projeto será compartilhado, fiscalizado e planejado a partir dos debates nascidos dos comitês.

7. Normas a serem seguidas - Regras do Projeto Razão Social (Camargo, 2015, p.65):

- O projeto Razão Social tem como principal norma o respeito à dignidade humana e o cumprimento cívico dos deveres de cidadão brasileiro e do mundo;
- Respeitara a Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU
- Respeitar a constituição brasileira e todos seus dispositivos;
- Respeitará o código civil bem como também todas as leis ambientais consagrando o artigo 225 da Constituição.
- Respeitará a política Nacional do Meio Ambiente estabelecida na Lei 6938\81.
- Respeitara as normas internacionais de comportamento
- Respeitará a Organização Internacional do Trabalho bem como todas as orientações trabalhistas.
- Os estagiários serão regidos pelas leis respectivas do estágio, respeitando também seus direitos adquiridos ao longo do tempo de permanência no Projeto;
- O profissional ou estagiário que acumular faltas consecutivas ou não sem justificativa estará sujeito às leis trabalhistas locais e as leis do estágio;
- O Projeto RS não causará nenhum tipo de prejuízo financeiro a UERJ, podendo apenas haver apoio em material e logístico;
- É expressamente vedada a prática de racismo, homofobia, ou qualquer manifestação que humilhe ou discrimine o ser humano no Projeto;
- Todas as reuniões serão registradas com pautas e relatório;
- O projeto tem como obrigação respeitar o Estado Democrático de Direito não interferindo nas políticas públicas, tendo sua gestão como aliada do poder público e do poder comunitário.

8. Conclusão

O Projeto Razão Social é uma tentativa de reunir teorias do campo sistêmico e ambiental adaptando-as as teorias do Espaço desenvolvidas pelo conceituado geógrafo Milton Santos. Neste sentido e visando integrar comunidade, empresa e Estado na busca de soluções práticas e sustentáveis, onde elementos como a Permacultura, a criação de redes de empreendimentos associados ao debate amplo e democrático pretendem gerar o desenvolvimento das comunidades carentes envolvidas..

Atualmente, estamos em Parada Morabi, situada no município de Duque de Caxias no Rio de Janeiro. Neste bairro já atravessamos a primeira fase e já coletamos diferentes dados a partir das pesquisas desenvolvidas pelos comitês nas sub-regiões que compõem o bairro. Neste sentido, disponibilizaremos os dados após o fim dessa etapa.

Pretende-se aqui trazer ao debate dos administradores e gestores, além de uma metodologia nova, uma bagagem de conceitos que podem apoiar novos projetos ao longo de nosso imenso país.

O projeto Razão Social, de forma diferenciada busca ser uma análise espacial que se baseia nos ensinamentos advindos da filosofia pós-física quântica, das teorias do Professor Milton Santos e das experiências e práticas de campo desenvolvidas pela UERJ-FEBF.

Este modelo pretende ser uma resposta aos anseios sociais de surgimento revolução que traga para nossa sociedade paz, harmonia, educação digna e desenvolvimento social. Neste sentido propomos este projeto não apenas como um elemento interventor do espaço geográfico no sentido ambiental, mais também entendendo que todos elementos estão imbricados (Santos, 197 b,c), compondo uma teia de relações que se retroalimentam (Capra ; Prigogine e Stengerls, 1997) envolvendo a realidade do ser humano, confirmando assim o espaço geográfico. Para consolidar esses objetivos, procurou-se verificar o espaço como uma totalidade em constante movimento de totalização (Santos, 1997), sendo assim, devemos compreender o mesmo como um elemento em expansão e dissipação, logo, se propõe o monitoramento das instâncias sociais e do meio natural a partir da criação de comitês que representem esse todo (Camargo, 2012).

Em sua metodologia, o projeto divide-se e quatro fases interconectadas, sendo a primeira uma pesquisa bibliográfica, iconográfica e geográfica da região, sendo precedida por seu mapeamento por sub-regiões geográficas. Neste sentido serão usadas as teorias ontológicas da geografia ligadas a diferenciação de áreas (Correa, 2003).

Assim, o projeto pode pleitear, a partir de um curso promovido pela universidade, tentar interferir na realidade formando agentes ambientais que possuam o conhecimento desses dados e de suas possibilidades de mudança.

A gestão do espaço geográfico que propomos é uma busca incansável de investigar e de tentar alterar, se for o caso, a totalidade regional em suas diferenciações culturais, políticas e ambientais. Um fato primordial para a consolidação de nossos objetivos é a total participação democrática de todos integrantes desse processo, sejam membros da comunidade, seja da universidade e, se for de desejo, dos investidores também.

A consolidação desses mecanismos de gestão ambiental-espacial, ocorre em um último momento que, após a alteração das dinâmicas com os trabalhos sustentáveis (teto solar, reciclagem e reutilização do lixo, hortas comunitárias, etc) dar-se-á por meio da criação de uma rede de empreendimentos ecológicos por parte das comunidades envolvidas no mesmo.

Esperamos assim poder contribuir com as demandas tão escassas de projetos que compreendam de forma científica a totalidade sem se perder em devaneios fragmentados que por fim acabam apenas gratificando a alguns grupos sejam de pesquisadores, ou mesmo servindo apenas a alguns atores sociais. Esperamos uma mudança efetiva na realidade.

9. BIBLIOGRAFIA DO PROJETO

- ABREU, Maurício (2008). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, Josimar R. (Coordenador) (1993). *Planejamento Ambiental: Caminhos Para a Participação Popular e Gestão Ambiental Para O Nosso Futuro Comum. Uma Necessidade, Um Desafio*. Rio de Janeiro: Thex Ed: biblioteca Estácio de Sá.
- ALMEIDA, J.A. et. al.. (2000). *Turismo Rural: Ecologia Lazer e Desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC.
- ARAÚJO, LUIS CÉSAR (2009). *Organização Sistemas e Métodos: Tecnologias de Gestão Organizacional*. São Paulo: Atlas.
- BACELAR, T. (1999). Dinâmica Regional Brasileira nos anos Noventa. In: *Redescobrimo o Brasil 500 anos depois*. Castro, Iná (org). Rio de Janeiro: Bertrand. p.73-92.
- BERTALANFFY, Ludwig Von (1968) *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes.
- BOHM, David (1980). *A Totalidade e a Ordem Implícada: Uma Nova Percepção da Realidade*. 10ªed. São Paulo: Cultrix.
- BUARQUE, S.C.(2006). *Construindo Desenvolvimento Local Sustentável: Metodologias de Planejamento*. Rio de Janeiro: Garammound.
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos (1999). *O Tempo, o Caos e a Criatividade Ambiental: uma Análise em Ecologia Profunda da Natureza Auto-organizadora*. Rio de Janeiro: UNESA. (Dissertação, Mestrado em Gestão Ambiental).
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de (2002). *A Geografia da Complexidade: O Encontro Transdisciplinar da Relação Sociedade e Natureza*. Rio de Janeiro: Bertrand.(Tese de Doutorado em Geografia ufrj- Geoecologia).
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de (2003). Geografia, Epistemologia e Método da Complexidade. In: *Sociedade e Natureza*. Nº 26 a 29. p. 133-150.
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de (2005). *A Ruptura do Meio Ambiente. Conhecendo as Mudanças Ambientais do Planeta através de uma Nova Percepção de Ciência: a Geografia da Complexidade*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de (2007). *Apostila de Ecologia Política*. Rio de Janeiro: UERJ.

- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de (2009). Ordenamento Territorial e Complexidade: por uma Reestruturação do Espaço Social. In: Almeida, Flávio G. et. al.(org.) *Ordenamento Territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de (2012). *A Geoestratégia da Natureza: A Geografia da Complexidade e a Resistência à Possível Mudança do Padrão Ambiental Planetário*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de (2015). *Projeto Botafogo Razão Social*. Registrado no escritório de Direitos autorias 022774.. Cidade do Rio de Janeiro.
- CAPRA, Frijof (1982). *O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. São Paulo: Cultrix.
- CAPRA, Frijof (1983) *O Tao da Física: um Paralelo entre a Física Moderna e o Misticismo Oriental*. Cultrix, São Paulo.
- CAPRA, Frijof, STEINDL-RAST, David (1991). *Pertencendo ao Universo: Explorando as Fronteiras da Ciência e da Espiritualidade*. 10. ed. São Paulo: Cultrix.
- CAPRA, Frijof (1996). *A Teia da Vida: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos*. São Paulo: Cultrix.
- CAPRA, Frijof (2002). *As Conexões O Ciência Para uma Vida Sustentável*. São Paulo: Cultrix.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A Sociedade em Rede: a Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol.1. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel (2002). *O Poder da Identidade: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol.2,3ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- CHRISTOFOLETTI, Antônio (1999). *Modelagem de Sistemas Ambientais*. São Paulo: Edgard Blücher.
- CARLOS. A. F.A.(1996). *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: editora Hucitec.
- CORRÊA, Roberto Lobato (2000). Espaço, um Conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E. (org). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, p 15-48.
- CORRÊA, Roberto Lobato (2002). *Região e Organização Espacial*. Rio de Janeiro: Ática.
- C.OSTA, Eduardo B. (2005). *Fundos de Investimento Socialmente Responsáveis e sua Relação com o Capital em Tempos de Globalização*. Rio de Janeiro: UNESA (Monografia de Graduação em Administração de Empresas).
- DREW, David (1994). *Processos Interativos Homem-Meio Ambiente*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- GUATTARI, Félix (2002). *As Três Ecologia*. Campinas, SP: Papyrus.
- GUERRA, A.J.T. et. al. (2001). *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand.

- GUERRA, A.J.T. *et. al.* (2007). *Gestão Ambiental de Áreas Degradadas*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- GUERRA, A.J.T. & CAMARGO (2007). A Geografia da Complexidade: Aplicação das Teorias da Auto-organização ao Espaço Geográfico. In: *Contribuição à história e a epistemologia da Geografia*. Antonio Carlos Vitte (org.). Rio de Janeiro: Bertrand. p.127-162.
- GUERRA, A.J.T. *et. al.*(2012). *Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- KASKANTZIS, Georges (2005). *Apostila de Perícia Ambiental*. São Paulo: Ruy Juliao Perícias.
- KUHN, Tomas (1970). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: ed. Perspectiva.
- LANNA, A.E.L. (1995). *Gerenciamento de Bacias Hidrográficas*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (coleção meio ambiente)
- LENGEN, J.V. (2004). *Manual do Arquiteto Descalço*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto.
- MARTINS, Celso (1985). *Biogeografia e ecologia*. São Paulo: Nobel.
- MORIN, Edgard (1977). *O Método I: A Natureza da Natureza*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- MOREIRA, Ruy (1993). *O Círculo e a Espiral*. Rio de Janeiro: ed. Obra Aberta.
- NOBREGA, Clemente (1996). *Em Busca da Empresa Quântica: Analogias entre o Mundo da Ciência e o Mundo dos Negócios*. São Paulo: Ediouro.
- PACIORNIK, Newton (2003). Mudanças globais do clima: repercussões globais, regionais e locais. In: *Terra livre*. Publicação Semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Ano 19 – v.1, no. 20. p. 126-134.
- PIMENTEL, Alex (2008). *Gerenciamento de Projetos*. São Paulo: Digerati Books.
- PLOSSL, George W. (1993) *Administração da Produção: Como as Empresas Podem Aperfeiçoar suas Operações Para tornarem-se Mais Competitivas e Rentáveis*. São Paulo: MAKRON Books.
- PENA-VEJA, A. *Et. al.* (org.) *O Pensar Complexo: Edgar Morin e a Crise da Modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond.
- PRIGOGINE, Ilya (1996). *O Fim das Certezas: Tempo, Caos e as Leis da Natureza*. São Paulo: Ed. UNESP.
- PRIGOGINE, Ilya e STENGERS, Isabelle (1997). *A Nova Aliança: Metamorfose da Ciência*. Brasília: UNB.

- RUELLE, David (1993). *Acaso e Caos*. São Paulo: ed. Universidade Estadual Paulista. (biblioteca básica).
- SACHS, Ignacy (1993). *Estratégias para a Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Stúdio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo.
- SAYER, Andrew (1979) Qualitative change in human geography. In: *Geoforum: Special Issue: Links between the natural and social sciences*. Oxford-New York-Frankfurt: Pergamon Press. vol. 10, n 1, p. 19-44.
- SALGADO-LAUBORIAU, M. (1994). *História Ecológica da Terra*. São Paulo: ed. Edgard Blucher.
- SANT'ANNA NETO, João Lima (2003). Da Complexidade Física do Universo ao Cotidiano da Sociedade: Mudança, Variabilidade e Ritmo Climático. In: *Terra livre*. Publicação semestral da associação dos geógrafos brasileiros. Ano 19 – v.1, no. 20.
- SANTOS, Milton (1997). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC.
- SANTOS, Milton (1997 b). *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel.
- SANTOS, Milton (1997c). *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: HUCITEC.
- SANTOS, Milton (1998). *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo: HUCITEC
- SANTOS, Milton (2003). *Economia Espacial*. São Paulo: HUCITEC
- SANTOS, Milton (2005). *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: HUCITEC
- SANTOS, Milton (2012). *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: HUCITEC
- SENADO FEDERAL (2001). *Agenda 21: Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Senado Federal.
- SENADO FEDERAL (2003). *Código das Águas – volume 1*. Brasília: Senado Federal
- SENADO FEDERAL (2008). *O Protocolo de Kyoto*. Brasília: Senado Federal.
- SOJA, Edward W.(1993). *Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.
- SOUZA, M.L. (2003). *ABC do Desenvolvimento Urbano*. São Paulo: HUCITEC.
- TAVARES, Antônio Carlos (2004). Mudanças climáticas. In: VITTE, A.C.(org). *Reflexões sobre a geografia física no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 49-85.
- TUAN, Yi-Fu (1983). *Espaço & Lugar: A Perspectiva da Experiência*.
- VESENTINI, J.W. (1989). *Geografia, Natureza e Sociedade*. São Paulo: Contexto.

WEIL, Pierre *et.al.*(1993). *Rumo à Nova Transdisciplinaridade: Sistemas Abertos do Conhecimento*. São Paulo: Summus.

ZOHAR, Danah (1990). *O Ser Quântico: Uma Visão Revolucionária da Natureza Humana e da Consciência Baseada na Nova Física*. 7^a ed. São Paulo: ed. Best Seller.

http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/default.htm

http://www.abnt.org.br/imagens/imprensa/apresentacoes/workshop_rs_03-07-08_iso_cajazeira.pdf

<http://www.conselhos.org.br/arquivos/download/upload/84.pdf>

<http://www.conselhos.org.br/arquivos/download/upload/85.pdf>

http://www.excelenciaemgestao.org/portals/2/documents/cneg4/anais/t7_0060_0094.pdf

<http://www.iso26000qsp.org/2011/08/implantacao-e-avaliacao-da-gestao-da.html>

http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp

REVISTA: Análise Gestão Ambiental (edição especial) (2012). Rio +20.